



da comunhão, deixar-se guiar pelo esfacelamento do mundo moderno. O retorno de devocionismos baratos, a subjetividade de muitos agentes, a setorialização da pastoral e outros fenômenos do mundo atual estão aí a encantar muitos de nossos evangelizadores. São graves desvios, nem sempre percebidos e denunciados. A pluralidade de movimentos e de expressões eclesiais pode levar à fragmentação espiritual e pastoral, se não for oferecido à Igreja um caminho. Este caminho é, evidentemente, Cristo, o Jesus da história. João Paulo II iniciou seu pontificado com a encíclica *Redemptor Hominis*, dizendo: o caminho da Igreja é o ser humano, concreto, situado, o homem de nosso tempo.

Em termos práticos, esse caminho se encontra no chão da diocese. O Vaticano II nos colocou diante da Igreja local, nos convocou a amar nossa diocese, o lugar onde acontece a integridade da Igreja de Cristo (CD 11). Pensar em ser seguidor e missionário de Cristo e de sua Igreja, sem engajar-se com o chão eclesial, sem comprometer-se com a caminhada e as prioridades da diocese, é fugir do caminho posto pelo Vaticano II. Em linguagem prática, evidentemente não dogmática, se poderia dizer: fora da diocese não há evangelização; fora da unidade com a caminhada pastoral diocesana está a divisão. O Vaticano II fez da diocese a unidade-mãe de todo planejamento e ação pastoral.

Quem sabe o retorno ao Vaticano II nos ajude a encontrar o caminho da Igreja deste início do novo milênio.

**Endereço do autor:**

Rua Esteves Júnior, 447

88015-530 FLORIANÓPOLIS, SC

e-mail: [vtorfeller@mitra.arquifloripa.com.br](mailto:vtorfeller@mitra.arquifloripa.com.br)



*A teologia do Vaticano II fundamenta a natureza da liturgia, e sua importância para a Igreja, a partir da redescoberta do conceito bíblico de mistério. O autor aborda o tema, analisando a definição de liturgia proposta pela Sacrossanctum Concilium: Com razão, pois, a liturgia é tida como o exercício do múnus sacerdotal de Jesus Cristo, no qual, mediante sinais sensíveis, é significada e, de modo peculiar a cada sinal, realizada a santificação do ser humano, e é exercido o culto público integral pelo Corpo Místico de Cristo, Cabeça e membros (SC 7). Num primeiro momento, considera-se o mistério de Cristo e sua celebração pela igreja. Em seguida, focaliza-se a liturgia como atualização cultural da história da salvação e se fazem considerações sobre a sua estrutura simbólica. Por fim, comentam-se alguns desafios atuais.*

## Liturgia: celebração do mistério de Cristo

Pe. Valter Mauricio Goedert\*

\* O Autor é Doutor em Teologia Litúrgica e Professor no ITESC, Florianópolis e no "Studium", Curitiba.



## INTRODUÇÃO

O cristianismo não é só uma religião no sentido moderno do termo, isto é, um sistema de verdades estabelecidas, aceitas e professadas. Nem mesmo um sistema sofisticado de imperativos morais a serem observados ou, ao menos, reconhecidos como tais. Certamente contém esses elementos; isso, porém, não esgota sua essência. Também não pode ser confundido com “sentimento de religiosidade” perante o divino, desvinculado de qualquer dogma ou sistema moral.

O cristianismo é, antes de tudo, um mistério, uma ação divina, o cumprimento do plano de Deus que, procedendo de sua eternidade, se desenvolve no tempo e no mundo. Esse mistério pode ser expresso com uma só palavra: Cristo. Nele se manifesta, antes de tudo, a encarnação do Verbo Divino, isto é, a última e definitiva revelação de Deus ao mundo. A partir da redescoberta do conceito bíblico de mistério, a teologia do Concílio Vaticano II fundamenta a natureza da liturgia e de sua importância para a Igreja.

Abordamos o tema, analisando a definição de liturgia proposta pela *Sacrosanctum Concilium*: “Com razão, pois, a liturgia é tida como o exercício do múnus sacerdotal de Jesus Cristo, no qual, mediante sinais sensíveis, é significada e, de modo peculiar a cada sinal, realizada a santificação do homem, e é exercido o culto público integral pelo Corpo Místico de Cristo, Cabeça e membros” (SC 7). Num primeiro momento, consideramos o mistério de Cristo e sua celebração pela Igreja. Em seguida, focalizamos a liturgia como atualização cultural da história da salvação. Por fim, fazemos considerações sobre a estrutura simbólica da liturgia.

### 1. O MISTÉRIO DE CRISTO

Os cultos secretos da antiga Grécia e mais tarde também os cultos helenísticos, diversamente dos cultos oficiais de Estado, estabeleciam contatos mais estreitos entre a divindade e a comunidade particular. Visavam, de uma parte, homenagear a divindade e, de outra, garantir a felicidade das pessoas já aqui, nesta terra, e, depois, na vida futura. Esse contato se realizava mediante o rito de iniciação e os próprios mistérios evidenciavam as ações divinas e suas leis, visualizadas pelos mitos. Por ocasião dos cultos místéricos, sob a presidência do sacerdote, através de símbolos rituais, o ser humano participava da própria ação de Deus e, desse modo, de sua vida, isto é, da salvação.

Na reflexão de Paulo, o mistério cristão constitui uma realidade inacessível ao intelecto humano, que pode ser conhecida somente através de uma revelação divina. Só Deus, portanto, pode conceder ao homem a compreensão mediante a fé. Não se trata apenas de um reforço intelectual



oferecido por Deus à inteligência humana; constitui verdadeira elevação de todo o ser humano ao plano divino.

Ainda segundo Paulo, esse mistério encerra, antes de tudo, o plano salvífico que procede do amor de Deus e completa o ato da criação. Cristo é o mistério de Deus, o Verbo Divino que se tornou visível por amor, e que foi crucificado pela redenção da humanidade (1Cor 2,1). Por Cristo, com Cristo e em Cristo são concedidas bênçãos espirituais de toda sorte. Nele fomos escolhidos desde a fundação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis. Predestinados a nos tornarmos filhos adotivos de Deus em Cristo, somos resgatados pelo seu sangue e feitos herança sua. Selados pelo Espírito Santo, penhor da herança, nos tornamos seu povo, povo que ele adquiriu para seu louvor e glória (Ef 1,3-14).

O mistério de Cristo é, pois, o próprio Jesus Cristo, em sua realidade total, ou seja, a revelação de Deus em seu Filho Encarnado, revelação que culmina na morte sacrificial e na glorificação do Senhor. O mistério do culto cristão, por sua vez, é a representação, a renovação, a atualização ritual do mistério de Cristo, de modo a tornar possível tomar parte nele. Cristo é o protótipo da salvação.

Somente pela fé temos acesso a esse mistério. A fé não é algo de abstrato, inconsistente; torna-se concretamente viva por meio de sinais sensíveis, que possibilitam a participação mais íntima do homem no mistério de Cristo. O conhecimento pleno do mistério da salvação, inaugurado por Cristo, exige participação ativa da Igreja, mediante a ação litúrgica, atualização ritual do que o Senhor fez pela nossa salvação.

### A celebração da Igreja

A presença do mistério de Cristo nas ações sacramentais da comunidade cristã só pode ser adequadamente valorizada se as consideramos como ações também da Igreja. A Igreja é o Corpo do qual Cristo é a Cabeça. Fundada a partir da escolha dos Apóstolos e dos discípulos, tendo Pedro à frente (Mt 16,18), a Igreja brota do lado aberto do Senhor crucificado. No dia de Pentecostes, depois que o Senhor foi glorificado, animada pelo Espírito Santo, a Igreja inaugura sua ação visível com o primeiro anúncio do Evangelho da salvação e a primeira celebração sacramental dos Apóstolos (At 2,41). Fundada sobre o mistério de Cristo e a ele intimamente unida pela celebração do seu mistério, a Igreja torna-se, também ela, “admirável sacramento”, “sublime mistério”.



## Do mistério da Celebração à celebração do Mistério

Salvatore Marsili, em seus escritos, situou de modo inequívoco a relação entre o mistério de Cristo e sua celebração pela Igreja (cf. Rivista liturgica 26/1 e 26/4, de 1939).

Para o cristão não existe culto individual, uma vez que “ser cristão” implica essencialmente pertencer a um Corpo e neste Corpo ter acesso a Deus. O culto litúrgico não pode ser equiparado a um mero culto social de um grupo; de fato, o culto que a Igreja presta a Deus não se identifica com o culto de uma sociedade qualquer, como se dela emanasse. O culto litúrgico se origina direta e verdadeiramente de Cristo, não só porque ele vive e age na Igreja, pelo seu Espírito, como Cabeça de um Corpo, mas, principalmente, porque é o próprio Cristo quem confia à Igreja seu culto, culto que ele e somente ele rende ao Pai.

A liturgia permite a participação dos fiéis na vida e na obra redentora de Jesus, a fim de que, transformados em membros do seu Corpo, dêem ao Pai a glória que ele, o Filho, lhe presta como Palavra eterna e como homem. A liturgia se torna elemento-força e princípio vital do Corpo Místico de Cristo. De tal modo faz parte do conceito de Igreja que esta pode ser definida como comunidade cultural, litúrgica. Não é algo acidental; ao contrário, pertence à própria natureza da Igreja. Não se pode imaginar Igreja sem ela. A liturgia também não caminha paralelamente à Encarnação do Verbo, mas constitui sua permanente celebração no coração dos fiéis.

### Igreja, comunidade cultural

A “*Sacrosanctum Concilium*” não apenas significa um progresso no conceito de liturgia, mas redescobre o conceito de Igreja como comunidade cultural. “As ações litúrgicas não são ações privadas, mas celebrações da Igreja, que é sacramento de unidade, ou seja, povo santo reunido e organizado sob a autoridade do bispo” (SC 26). Conseqüentemente, as ações litúrgicas são tais que, enquanto pertencem a todo o corpo da Igreja, revelam-no e lhe interessam. Dizem igualmente respeito a cada um de seus membros, ainda que de modo diferente, isto é, segundo a diversidade de ordem, de funções e de participação ativa. Todos os membros da Igreja estão devidamente incluídos nessa definição.

A liturgia é eclesial não apenas porque se destina à comunidade, mas porque, como dissemos, a Igreja é litúrgica por constituição. A palavra hebraica “*Qahal*” é quase sempre traduzida pelos Setenta com o termo grego “*Ekklesia*”, que significa “Assembléia”, reunião convocada para o encontro, que contém sentido cultural.

“Igreja”, pois, embora no seu conteúdo real se identifique como o povo de Deus, indica diretamente o momento cultural desse povo, ou seja, a Igreja



existe no tempo e no lugar onde o povo de Deus responde ao chamado e se reúne, de fato, em torno de Deus. O povo de Israel é chamado de “*reino de sacerdotes*” (Ex 19,6), “*sacerdotes de Deus*” (Is 61,6), “*ekklesia tou Theou*” (Ez 12,16; Lv 23,2ss; Nm 28,25). A dimensão cultural da assembléia do povo de Deus do Antigo Testamento não é nem secundária, nem acidental. É essencial.

No Novo Testamento, a Igreja se estenderá a todos os povos e se apresenta não apenas como uma realidade sociológica, mas sobretudo como uma comunidade cultural, como manifestam as imagens culturais repetidamente usadas para caracterizar a comunidade cristã e identificar a Igreja como Corpo de Cristo. Assim, os que constroem sobre Cristo formam *uma casa* (Ef 2,22; 1Pd 2,5), um *Templo do Senhor* (1Cor 3,16-17; 2Cor 6,16; Ef 2,21). Somos *templo de Deus* (2Cor 6,16). No Antigo Testamento, a Tenda de Deus estava no meio do povo; aqui, o Templo de Deus é identificado como o povo de Deus. O termo Corpo de Cristo é usado no Novo Testamento tanto para indicar a realidade humana, física, do *Corpo de Cristo*, quanto para significar a Igreja e, enfim, o Corpo sacramental de Cristo na Eucaristia. Tanto o Corpo humano de Cristo, como o Corpo-Igreja de Cristo, como ainda o Corpo sacramental de Cristo na Eucaristia se unem numa mesma destinação cultural.

### Igreja, comunidade sacerdotal

A comunidade sacerdotal da Igreja se constitui a partir de três sacramentos: Batismo, Ordem e Eucaristia. Pelo Batismo todos os fiéis são consagrados a Cristo e, nele enxertados, participam de seu ofício sacerdotal, de modo a estarem aptos a realizar aquele culto ao qual são destinados, exatamente pelo caráter batismal. Desse modo, os cristãos são chamados a constituir um templo espiritual, um sacerdócio santo.

Pelo sacramento da Ordem o Senhor chama alguns dos fiéis a assumir o ministério da coordenação, unidos a Cristo-Cabeça do Corpo Místico, no qual todos os fiéis formam um sacerdócio santo, e lhes confere através de um sacramento especial, o sacramento da Ordem, participação na sua autoridade, com a qual Cristo faz crescer, santifica e governa seu povo. Aqueles que são escolhidos são igualmente assinalados com um caráter particular que de tal modo os configura a Cristo-sacerdote, que podem agir em nome de Cristo-Cabeça da Igreja, tornando-se, assim, “cabeças-sacerdotais” do Corpo sacerdotal que é a Igreja.

A Eucaristia, como ato de culto, se desenvolve e se plenifica na liturgia, ou seja, na celebração sacramental. A Eucaristia não é apenas *fonte e cume* (SC 10) de toda ação evangelizadora, mas também meio através do qual os fiéis são plenamente inseridos no Corpo de Cristo.



## Liturgia e sacerdócio comum

A participação dos fiéis na liturgia não corresponde a um favor que lhes é concedido, mas um direito fundamental vinculado ao sacerdócio batismal. A liturgia é culto de toda a Igreja, e todos os membros dela participam, cada um a seu modo. A *“Lumen Gentium”* insiste em que todo o povo de Deus é um povo sacerdotal. O sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum dos fiéis são explicitações do único sacerdócio de Cristo, embora expressem uma diversa relação de participação nesse sacerdócio, não apenas de grau, mas de essência (LG 10).

Em que consiste esse sacerdócio? Os textos conciliares não são suficientemente claros quando afirmam que os cristãos oferecem um sacrifício espiritual quase como que paralelo ao sacrifício “verdadeiro” oferecido pelo sacerdócio ministerial. O sacrifício espiritual oferecido pelos cristãos pela santidade de vida não é algo que se opõe, ou que caminha justaposto ao sacrifício eucarístico, mas sim a maneira própria pela qual Cristo atua nos fiéis, elevando à perfeição pessoal da Cabeça, o sacrifício do seu Corpo, a Igreja. Por isso, o sacerdócio comum dos fiéis encontra sua atuação plena no sacrifício eucarístico. Não é um culto genérico, mas uma expressão na vida concreta do próprio culto de Cristo.

## 2. LITURGIA E HISTÓRIA DA SALVAÇÃO

O documento conciliar situa a liturgia como celebração da história da salvação que, no decorrer do ano, revela todo o mistério de Cristo, desde a Encarnação e a Natividade até a Ascensão, o dia de Pentecostes e a expectativa da feliz esperança da vinda do Senhor, a fim de que os fiéis entrem em contato com esses mistérios e sejam repletos da graça da salvação (SC 102).

A categoria de “tempo da salvação”, do qual Cristo é complemento e plenitude, põe em evidência a originalidade da perspectiva cristã na relação entre a vida humana e o tempo. Segundo a concepção bíblica, o tempo se identifica com o próprio movimento que a ação criadora de Deus imprime à humanidade e ao mundo. A ação divina não se situa fora do tempo, mas o cria, para nele se revelar. Sem descartar o conceito de tempo como realidade cósmica, ou como elemento da história humana, a Escritura vê nos movimentos do tempo ritmos da salvação.



Deus é, pois, o iniciador do tempo e, por conseguinte, autor de uma história que tem como protagonista o homem e sua salvação. Deus é aquele-que-era, aquele-que-é e aquele-que-vem (Ap 4,8), assim como aquele que fez o passado, que acontece agora, e que acontecerá depois (Jt 9,5). Partindo de Deus, a linha da história se desenvolve numa continuidade que revela a atuação do seu desígnio salvífico. O “Desígnio” se transforma em história da salvação.

O culto em Israel e no cristianismo está intimamente inserido na história da salvação, em seu significado e valor. A ação litúrgica traz sempre de novo presente os acontecimentos salvíficos, fecundados pela intervenção divina em Cristo. Nele se realiza o ano da graça do Senhor (Lc 4,19). Este “hoje” salvífico de Cristo dá origem ao “hoje” salvífico do cristão celebrado na liturgia. O “hoje” se torna um “kairós”, acontecimento de salvação.

## 3. ESTRUTURA SIMBÓLICA DA LITURGIA

Nesse sentido, a liturgia se relaciona diretamente com a história da salvação. É ação do próprio Cristo, porque atua o seu mistério em nível de realidade simbólica. Assim como Cristo sintetiza o passado e o futuro no presente salvífico, assim a salvação plenamente realizada em Cristo não deixa de ser história pelo fato de ele ter entrado em sua glória. O mistério de Cristo era operante ontem, como o é hoje e o será amanhã. A liturgia celebra a salvação que acontece na história. O Ano Litúrgico não é outra coisa senão o momento no qual a totalidade da história da salvação em suas diversas projeções temporais de passado, presente e futuro, torna-se “kairós” para o cristão, no espaço de um ano.

### Sinais sacramentais

Seria um erro confundir liturgia com mero conjunto de ritos, embora esses façam parte da celebração. O ritualismo, este sim, deve ser evitado. Em si, o rito traduz uma exigência natural do ser humano de se servir de palavras, gestos e sinais para exprimir seus próprios sentimentos, quer em relação aos seus semelhantes, quer em relação a Deus. A interação entre Sagrada Escritura e liturgia permite compreender que o rito, além de seu significado humano, assume outro, próprio de uma religião revelada e, em particular, do cristianismo: ser sinal sacramental de Cristo, o sinal dado pelo Pai (Jo 6,28). Em dependência



desse sinal, Cristo, é possível entender os demais sinais sacramentais do Novo Testamento.

A liturgia se distingue, pois, de qualquer outra forma de culto existente nas religiões naturais. Não é um culto qualquer, mas único, porque nela o culto realiza sua verdadeira natureza. Através de um regime de sinais sagrados, insere os cristãos no mistério de Cristo e os torna adoradores de Deus *em espírito e verdade* (Jo 4,23). A celebração litúrgica não é, em primeiro lugar, meio pelo qual o homem se eleva até Deus, mas a maneira pela qual Deus, em Cristo, vem ao encontro do homem.

Os símbolos cristãos não podem, pois, ser interpretados em sentido meramente funcional, ou de modo alegórico; devem ser compreendidos e celebrados em sua plena e autêntica realidade simbólica. Escolhidos por sua aptidão natural fazem parte do universo cultural da humanidade e precisam ser devidamente avaliados, antes de serem incorporados à fé cristã. Os sinais litúrgicos, muitos deles de origem bíblica, expressam realidades sobrenaturais que ultrapassam os fundamentos antropológicos e seu significado; dependem da vontade de Cristo e da Igreja. Os sinais sagrados tendem a perder eficácia e vitalidade à medida que a rotina se instala, quer pelo costume ou hábito, quer pela distração e diminuição de interesse, quer ainda pelo arrefecimento espiritual de quem deles participa. A pastoral litúrgica deverá estar atenta para evitar esse desgaste e contribuir, através da catequese e da espiritualidade, para a participação consciente, ativa e frutuosa dos fiéis na celebração.

#### 4. ALGUNS DESAFIOS

A reforma promovida pelo Concílio Vaticano II pôs em evidência lacunas na vida litúrgica da Igreja. Passado o entusiasmo inicial alimentado pelas novidades, as comunidades tomaram consciência dos desafios: nem tudo podia ser viabilizado a curto prazo. Aos anos de euforia seguiram-se momentos de perplexidade e, não raro, de acomodação e rotina. Aos poucos, uma corrente neoconservadora perpassou pela Igreja, arrastando para um neo-ritualismo os bons propósitos da reforma conciliar e dando origem à insegurança teológica e à falta de perspectiva.

O respeito à Tradição não pode frear o legítimo progresso (SC 38)! Pelo contrário: a fidelidade à Tradição exige permanente renovação. Afirmo João Paulo II: “É preciso olhar para a frente, avançar para as águas mais profundas



confiados na palavra de Cristo: ‘*Duc in altum*’! As experiências vividas devem suscitar em nós um dinamismo novo que nos leve a investir em iniciativas concretas aquele entusiasmo que sentimos” (*Novo Millennio Ineunte*, 15).

Dentre os principais desafios, a formação dos presbíteros e dos agentes de pastoral chama particularmente a atenção. Não é suficiente ser fiel aos ritos; é preciso compreendê-los teologicamente, a fim de viabilizar nova consciência celebrativa. Por vezes, infelizmente, não só faltam conhecimentos, mas se carece de bom-senso na introdução de mudanças, ou de acréscimos nas celebrações. O que significa celebrar bem, com solenidade, com dignidade? Como harmonizar liturgicamente as dimensões de realidade, exegese, anúncio, profecia, catequese, mistagogia, testemunho e exortação no contexto celebrativo?

Outra dificuldade está relacionada com a participação consciente, ativa e frutuosa dos fiéis na vida sacramental. Ainda não foram suficientemente aplicadas as conclusões teológicas do sacerdócio comum. A comunidade está pouco consciente do que significa ser “sujeito da celebração”, quer por falta de catequese, quer pelo surgimento de um neoclericalismo, que inibe a participação do povo.

É também preocupante o fato de os exercícios de piedade e as devoções populares, ainda que em si válidas, estejam invadindo indiscriminadamente as celebrações, sem o necessário critério e a devida avaliação teológica. Verdadeira “onda” de pietismo invade, cá e lá, as celebrações, com sabor de saudosismo doentio.

A celebração do domingo e do Ano Litúrgico entra em choque com a mentalidade secularista do mundo atual. O domingo deixou de ser o “dia do Senhor” para se tornar o dia do lazer social. Temos igualmente dificuldade de harmonizar a liturgia dominical com os “dias temáticos”. Dado que 70% dos brasileiros não têm oportunidade de celebrar Missa dominical, mas participam de “celebrações da Palavra de Deus”, ou simplesmente não celebram, como garantir a qualidade dessas celebrações, levando em consideração as orientações da Igreja e, em particular, da CNBB?

Cito, finalmente, uma série de problemas que afetam a vida litúrgica, tais como: os ministérios litúrgicos, inclusive com a participação das mulheres; o ofício da presidência e seus desafios; a oportunidade ou não do uso do folheto litúrgico; a criatividade e a possibilidade de adaptações; as questões ligadas ao canto litúrgico e à música sacra; Simbolismo e ritualidade; a vida litúrgica nos



santuários e nos lugares de peregrinação; a liturgia de rádio e de TV; as homilias e seu contexto evangelizador.

Todos temos o direito e o dever de participar ativamente das celebrações. No entanto, não é admissível que indivíduos, a bel-prazer, sem a menor referência teológico-pastoral se considerem autorizados a acrescentar ou a modificar ritos, incluindo elementos alheios à Tradição, ou excluindo outros que são essenciais. A liturgia, antes de ser uma ação humana, é um dom de Deus que deve ser acolhido e interiorizado pela fé. Em primeiro lugar, a liturgia celebra o mistério de Cristo e o insere na realidade humana, para que, por sua vez, a humanidade tome parte na vida de Deus.

**Endereço do Autor:**

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524  
Cidade Universitária – Caixa Postal 5041  
Fone (48) 234-0400 – R.: 208 / Fax (48) 234-7230  
88040-970 – Florianópolis – SC  
E-mail: valtergoedert@hotmail.com



*A 'alma' do Ecumenismo e do Diálogo inter-religioso é uma atitude. Essa atitude é, simultaneamente, uma postura nova da mente e do coração e se traduz, posteriormente, em gestos concretos de diálogo, de anúncio e de testemunho comuns. Trata-se de um equilíbrio qualitativo e não quantitativo, a saber, uma nova síntese baseada numa Antropologia que resgata o valor, a dignidade e as prioridades da humanidade e de seus relacionamentos além das diferenças confessionais. No Documento Diálogo e Anúncio do Pontifício Conselho para o Diálogo inter-religioso, de 1991, no número 49 lê-se: "Em última análise, a verdade não é algo que possuímos, mas uma pessoa por quem nos devemos deixar possuir. Trata-se, portanto, de um processo sem fim. Embora mantendo intacta a sua identidade, os cristãos devem estar dispostos a aprender e a receber dos outros e por intermédio deles os valores positivos das suas tradições. Assim, mediante o diálogo, podem ser induzidos a vencer os preconceitos inveterados, a rever as idéias preconcebidas e a aceitar, por vezes, que a compreensão da sua fé seja purificada".*

## **Diálogo e testemunho comum a partir do Vaticano II**

*Pe. Pedro Alberto Kunrath\**

\* O Autor é membro do clero da Arquidiocese de Porto Alegre, doutor em teologia sistemática e professor de teologia na PUCRS.